

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
O QUE RESTA DA DITADURA NO CHILE: por que a política educacional de Pinochet chegou ao século XXI?			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Joana Salém Vasconcelos	Universidade Estadual de Campinas / Faculdades Integradas de Guarulhos	Unicamp / FIG	Mestra / Professora
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Com este trabalho, buscamos pontuar as permanências da ditadura militar chilena na atualidade, especificamente no que diz respeito às heranças autoritárias da política educacional de Pinochet. Chama atenção que o processo de mercantilização das instituições de ensino e a lucratividade da educação pública, originado em 1980 com o fim da gratuidade da educação, foi ampliado e aprofundado pelos governos neoliberais pós-ditadura. A Lei Orgânica da Educação de 1990 permaneceu vigente desde então. A perpetuação da política educacional pinochetista tem sido o objeto dos mais intensos protestos da cidadania chilena na última década. A participação direta da autora nas manifestações dos estudantes chilenos em 2011 desencadeou um estudo, cuja finalidade foi compreender por que a política educacional de Pinochet havia chegado ao século XXI, o que ainda resta de tal política e como a luta por educação gratuita desencadeou o questionamento de todo um modelo político e econômico em vigor.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Política educacional chilena; ditadura Pinochet; neoliberalismo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This work seeks to present some stays of the Chilean military dictatorship today, specifically with regard to authoritarian legacies of the educational policy of Pinochet. Is noteworthy that the process of marketization of educational institutions and profiting with public education, started in 1980 with the end of free education, was broadened and deepened by post-dictatorship neoliberal governments. The 1990 Education Organic Law remained in force ever since. The perpetuation of the Pinochet educational policy has been object of the most intense protests of the Chilean citizenship in the last decade. The direct participation of the author in the demonstrations of Chilean students in 2011 triggered a study whose purpose was to understand why the Pinochet educational policy had reached the twenty-first century, what remains of this policy and how the struggle for free education triggered the questioning of an entire political and economic model.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Chilean educational policy; Pinochet dictatorship; neoliberalism			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e Luta de Classes			

O QUE RESTA DA DITADURA NO CHILE: por que a política educacional de pinochet chegou ao século XXI?¹

Joana Salém Vasconcelos²

“Mucho más temprano que tarde, de nuevo abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor”. Salvador Allende³.

Introdução

No ano de 2011, os estudantes chilenos chamaram a atenção de diversos veículos de comunicação ao redor do mundo. Os movimentos estudantis do país, mais uma vez, reivindicavam a gratuidade da educação e do fim dos lucros obtidos com sua exploração mercantil. Ainda que o tema fosse intensamente debatido nos círculos da vanguarda estudantil desde os anos 1980, dessa vez havia atingido uma energia mobilizadora sem precedentes, se espalhando por todo o território chileno. De Arica, no extremo norte, a Punta Arenas, no extremo sul, as greves, as mais de 700 ocupações de liceus e universidades, as demonstrações massivas nas ruas e a resistência valente diante da repressão policial foram cotidianas e duradouras. O movimento por educação gratuita no Chile ganhou dimensão histórica. A sociedade sensibilizou-se: mães, pais, avós e vizinhos dos estudantes e professores se incorporavam aos protestos, pintavam cartazes, levantavam barricadas, expressavam suas opiniões em assembleias de bairro. Surgiu uma sensação de unidade popular e êxtase nas ruas, temperadas com a tensão das batalhas campais que se seguiam a cada marcha: horas a fio de perseguições policiais, bombas, barricadas, balas de borracha, coquetéis *molotov*, camburões. Alguns estudantes presos denunciaram tortura e um jovem foi assassinado pela polícia após um protesto. O sistema público de ensino simplesmente parou durante mais de sete meses. Os movimentos sociais da educação conquistaram apoio dos mineiros do cobre, dos funcionários públicos da saúde, dos motoristas de ônibus, de diversas categorias de trabalhadores urbanos. Enfim, conseguiram mobilizar mais de 2 milhões de pessoas nas ruas contra o governo no dia 25 de

¹ Artigo originalmente publicado na Revista Mouro, nº 6, 2012, p. 71-81, com o título: “Neoliberalismo em xeque: a luta dos estudantes chilenos por educação gratuita”. Foram feitas pequenas modificações. Na apresentação serão atualizadas informações ainda em aberto sobre o projeto de reforma educacional e reforma política, atualmente em trâmite no governo Bachelet.

² **Historiadora (FFLCH-USP), Mestra em Desenvolvimento Econômico (IE-UNICAMP), professora das Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG).**

³ Discurso de despedida de Salvador Allende, proferido durante o bombardeio ao Palácio de La Moneda por seus opositores golpistas, onde morreu em 11 de setembro de 1973.

agosto. O presidente pinochetista Sebastián Piñera ficou acuado, mas sua tradição autoritária bloqueou as negociações, o que posteriormente lhe custaria um alto preço político.

Tive a oportunidade de viver no Chile durante o período mais agudo de tais mobilizações. Eu frequentava um curso sobre economias latino-americanas na CEPAL, com alunos de mais de 10 nacionalidades diferentes, quase todos pós-graduandos como eu. Naquele inverno frio, as ruas foram ficando calorosas, cada vez mais interessantes como cenário de aprendizado. Entre aulas na CEPAL, manifestações quase diárias e algumas correrias da polícia, debrucei-me para entender as origens daquele sistema educacional tão repudiado e as motivações histórica das reivindicações estudantis. Nesse breve estudo, então, buscamos responder à questão: por que as políticas educacionais de Pinochet chegaram ao século XXI? O texto que segue introduz a reflexão sobre o assunto.

Pinochet e as bases da educação mercantil

“É bem possível que voltemos a escutar, no Chile, as vozes que foram caladas num setembro sangrento em que se quis acabar de vez com as ameaças às ‘leis do mercado’”. Eder Sader (1982, p. 129).

A gratuidade da educação chilena foi abolida em 1981, por Augusto Pinochet, no bojo de um conjunto de reformas iniciadas com uma nova Constituição. A Constituição foi aprovada na ponta do fuzil, num pseudo-plebiscito feito sob estado de sítio, no dia 11 de setembro de 1980. Todos temiam os centros de detenção, choravam seus desaparecidos, e desconfiavam dos seus vizinhos. A Constituição de 1980 é uma engenhosa obra-prima dos Chicago Boys, os economistas chilenos empoderados com o golpe de 1973. Com eles, o Chile foi vanguarda do neoliberalismo no mundo, antecipando Thatcher e Reagan. A Constituição oficializou o poder absoluto do mercado, disfarçado detrás da palavra “liberdade”. Em destaque, a “liberdade de ensino”, que até hoje serve de escudo à burguesia chilena na sua tarefa de destruir o direito à educação. Desde 1980, o Estado “assume constitucionalmente sua impossibilidade de fazer cargo da tarefa educativa em sua totalidade, desempenhando um papel complementar e privilegiando aos pais como principais responsáveis” (REDONDO, 2007, p.22). Assim, Pinochet agraciou os capitalistas com um novo mercado e derrotou o princípio da educação gratuita pelas armas.

Em 1981, Pinochet decretou a Lei de Subvenções, um sistema de transferência de recursos públicos às escolas e universidades privadas, sem qualquer contrapartida. Logo depois, foi

decretada a municipalização do ensino, por meio da qual os bairros se tornaram unidades orçamentárias autônomas, e as escolas da periferia passaram a depender dos escassos recursos de uma base tributária pobre. O sistema de educação básica passou a contar com três escolas: a municipal, a particular subvencionada, e a particular não subvencionada. Aí começa uma lista inacreditável de promiscuidades público-privadas acobertadas pela lei. Primeiro: não existe uma regulação que obrigue a escola subvencionada a usar o dinheiro público na própria escola. O dinheiro público é entregue às empresas privadas sem nenhuma garantia de seu destino (idem, 2007, p. 43). Segundo: o cálculo do valor da subvenção é feito com base no “custo-aluno”, de modo que quanto mais alunos a escola privada declarar ter, mais ganhará. Não existe até hoje nenhuma fiscalização sobre a veracidade das informações declaradas pela escola subvencionada, que superfatura sua subvenção (idem, 2007, p. 44). Terceiro: as escolas subvencionadas podem selecionar seus alunos com critérios privados e “livres”, ainda que sejam administradas com dinheiro público.

Com as universidades ocorreu algo parecido: corte do financiamento público, subvenções e mensalidades. O Estado passou a garantir somente 30% a 40% do orçamento das universidades públicas na forma de Aporte Financeiro Direto (AFD) (BERNASCONI, 2004, p. 125). Foi criado um mecanismo de transferência para universidades privadas, chamado Aporte Financeiro Indireto (AFI). O AFI é distribuído até hoje de acordo com a Prova de Aptidão Acadêmica, que aprova apenas 27 mil candidatos num universo de 200 mil (FERES, 1997, p. 4). Porém, o estudante não vê a cor do dinheiro: o AFI vai diretamente à administração da universidade, que ainda assim continua cobrando mensalidades.

Foi a partir de 1981 que a maioria dos jovens passou a se endividar para estudar. Sob ditadura, foi criado o *Fundo Solidário*, um sistema de crédito que existe até hoje com juros de 2,6%. Os bancos criaram linhas de financiamento com juros de 6% (MORALES, 2011, p. 1). Ao mesmo tempo, a ditadura chilena passou a incentivar o mercado de universidades privadas, facilitar licenças, promover gigantescas isenções de impostos. De 1982 até 1989, o orçamento público da educação caiu 30% (REDONDO, 2007, p. 44).

Na década de 1980, os estudantes universitários e os pingüins⁴ foram protagonistas de protestos contra a ditadura, enfrentaram os militares e organizaram suas entidades clandestinas. A experiência chilena na luta por educação pública possui décadas de história. Várias gerações se identificam com a atual luta dos estudantes porque elas mesmas, tempos atrás, também lutaram.

⁴ Os pingüins são os estudantes secundaristas, que até pouco tempo atrás eram obrigados a usar terno e gravata. A roupa virou sinal de combatividade, por conta das muitas lutas nas quais se engajaram. Hoje é quase um uniforme político, que identifica o setor que defende a gratuidade na educação.

Pinochet foi o último dos ditadores latino-americanos a cair. Seu último ato foi a LOCE – Lei Orgânica da Educação (nº 18.962), publicada em 10 de março de 1990, um dia antes de Patrício Alwyn chegar à presidência. A LOCE deu base para a realização de todas as políticas educacionais dos governos subseqüentes, especialmente os 20 anos de *Concertación*, coalizão formada por Partido Socialista, Democracia Cristã e Partido Radical. A partir da LOCE ocorreu a generalização das transferências de recursos públicos para as empresas. A LOCE aperfeiçoou o modelo Chicago Boys: fortaleceu as “liberdades de ensino” e esfacelou o direito à educação. A partir de então, a *Concertación* cumpriu a tarefa de enraizar o modelo Pinochet.

A *Concertación* e o pacto burguês

Em 1990 chegou ao poder a Democracia Cristã, partido que compactuou com o golpe de 1973. Não devemos nos surpreender com seu continuísmo. A degeneração do Partido Socialista, no qual um dia foi filiado Salvador Allende, foi total. Os governos da *Concertación* foram responsáveis pela ampliação do volume de transferências ao setor privado. Isso pode ser visto na tabela a seguir, que revela o aumento de 12% das escolas subvencionadas.

Evolução do número de estabelecimentos educacionais segundo dependência administrativa				
Ano	Total	Municipais	Particulares Subvencionadas	Particulares
1990	9.811	64,0%	28,1%	7,7%
2005	11.561	52,7%	40,7%	6,6%
Dados extraídos de: REDONDO, 2007, p. 52.				

Além disso, a *Concertación* passou a cobrar mensalidades nas escolas municipais, através da medida de *Financiamiento Compartido*. Nos anos 1990, cada vez mais as escolas subvencionadas representaram a maior parte da verba com educação e o setor público foi estrangulado. O neoliberalismo, filho da ditadura militar, foi plenamente adotado.

Em 2003, a composição do gasto do governo com educação era de 61% com escolas privadas subvencionadas, 17% com escolas municipais e 11% com universidades públicas. Além disso, as transferências diretas do Estado ao setor privado da educação em 2003 chegaram a cerca de US\$ 2,5 milhões. De 1994 a 2003, as isenções de impostos ao setor triplicaram, alcançando US\$ 28 milhões. Hoje, o gasto privado das famílias com educação corresponde 3,52% do PIB e o gasto do governo 4% do PIB. Sendo que mais da metade do gasto público subvenciona o setor privado (GOBIERNO DE CHILE, 2005, pp. 19, 20, 26, 48).

Apesar de detonar a educação pública, o regime político da *Concertación* alcançou alta estabilidade. Sua hegemonia foi abalada em 2006, quando os pinguins tomaram as ruas propondo revolucionar o sistema educacional, e eliminar a reprodução das desigualdades sociais através da escola.

A Revolução dos Pinguins de 2006

“Y va caer, y va caer, la educación de Pinochet!”.

Palavra de ordem cantada pelos estudantes chilenos em 2006.

Em 2006, sem mais suportar o favorecimento do empresariado da educação em detrimento da juventude, os estudantes secundaristas organizaram um grande movimento conhecido como Revolução dos Pinguins. As principais reivindicações dos estudantes eram o fim da LOCE, a desmunicipalização do ensino, o financiamento estatal, e a liberdade de organização de grêmios, proibidos por decreto (524 – 10/04/1990). Esse movimento foi o ensaio geral de 2011. Os estudantes secundaristas realizaram uma greve de mais de 3 meses, ocuparam mais de 250 escolas, derrubaram o Ministro da Educação, e fizeram despencar a aprovação da presidenta Michelle Bachelet (PS) em 15%. Foi uma escola de luta social para uma nova geração de estudantes engajados.

A luta resultou em negociações pouco progressivas, e a LOCE foi reformada em 2009, dentro dos estreitos corredores do Estado burguês. O Partido Socialista, que possuía alguma influência sobre os organismos estudantis, foi fortemente rechaçado, pois negociou com Bachelet por fora e assinou um acordo ruim. Houve, porém, um salto na experiência política das bases estudantis: a capacidade de organização multiplicou. O movimento amadureceu e se radicalizou, desenvolvendo a desconfiança necessária em relação ao Estado. Hoje, a geração de pinguins de 2006 está nas

universidades, liderando a luta contra o lucro, num movimento que definitivamente saiu da defensiva.

Estudantes contra o lucro: neoliberalismo em xeque

“Vengan vengan a ver! Vengan vengan a ver! Este no es un gobierno, son puras leyes de Pinochet!”

Palavra de ordem cantada pelos estudantes chilenos contra o presidente Piñera.

Em 2011, o movimento estudantil virou luta de classes. A luta por gratuidade na educação se converteu numa luta contra o lucro. O governo Piñera foi tão incompetente nas negociações que o movimento se radicalizou com legitimidade, e conquistou hegemonia. Piñera vestiu a carapuça de Pinochet, que serviu perfeitamente. De acordo com as enquetes realizadas em julho, a aprovação do governo despencou de 40% para 26%, e a reprovação atingiu o recorde de 60%. O movimento vem num crescente desde maio até agora [outubro].

Os estudantes passaram a questionar o modelo de educação neoliberal em sua totalidade, e apresentaram alternativas que envolvem uma ruptura com o sistema. A Constituição de Pinochet de 1980 ainda está em vigor, assim como quase todas as suas políticas educacionais. Apesar disso, o lucro com a educação pública é teoricamente proibido. A exacerbação do modelo Pinochet feita pela *Concertación* flagrou que o dinheiro público transferido às empresas subvencionadas serve à capitalização de lucros privados. A burguesia chilena criou diversos subterfúgios para disfarçar o incalculável lucro privado com a educação pública. O principal deles é a manobra imobiliária. Os empresários da educação, além de receberem subvenções estatais, são proprietários de imobiliárias que alugam terrenos às escolas e universidades públicas. Assim manipulam seus orçamentos, mensalidades e salários. É o caso de Joaquín Lavín, ex Ministro da Educação derrubado em julho. Infelizmente, Lavín caiu de lado, direto na cadeira de Ministro do Planejamento. Ele é proprietário da imobiliária Ainavillo que aluga a sede da Universidad del Desarrollo (UDD). A imobiliária foi fundada por Lavín e por Crístian Larrouet, secretário geral de Governo Piñera e ex-assessor do Ministro da Fazenda de Pinochet (1985-1989). Os vínculos de Lavín com diversos

empreendimentos educacionais são exemplo da promiscuidade do sistema⁵. Lavín e Larrouet são a prova encarnada da impossibilidade do governo Piñera dar um passo adiante.

O acirramento das tensões entre o movimento social e o governo culminou com uma greve geral nos dias 24 e 25 de agosto, que reuniu milhões de pessoas nas principais cidades do país. Os estudantes possuem em mãos um projeto de ruptura que desmonta o modelo Pinochet. Nos dias 7 e 8 de outubro, o movimento social realizou um Plebiscito Nacional pela Educação, que contou com mais de 1 milhão de votos, 95% “sim” para as quatro perguntas: gratuidade, fim do lucro com educação, desmunicipalização, e a vinculação oficial do Plebiscito. A greve já dura mais de 6 meses e ainda cresce.

A familiaridade com que os chilenos organizaram o poder popular nos bairros para comandar o movimento é espantosa. Aí está a marca das *Juntas de Vecinos* e das *Juntas de Abastecimento Popular* dos tempos de Salvador Allende (SADER, 1982). O conhecimento político de um povo que já tomou o poder foi posto a serviço da luta atual. Várias gerações se reúnem contra a educação de Pinochet. Os pais e avós perderam uma batalha em 1973, mas sabem que a guerra não acabou. Assim, a luta educacional conquistou os bairros. A população construiu seus organismos de base, especialmente as Assembléias Populares. Nestas Assembléias, a pluralidade da luta se manifesta, e todos os atores se encontram para definir os próximos passos: estudantes, professores, vizinhos, trabalhadores, famílias. Não há corporativismo, e se formou um novo sujeito social que dá o tom amplo da luta.

A situação de endividamento das famílias é indignante. Segundo o Jorge Katz, professor de economia da Universidad de Chile, atualmente cerca de 40% dos estudantes endividados não podem pagar por suas dívidas (KATZ, 2011, 04:12’). Katz alerta que atacar Piñera não basta: “é preciso protestar contra a *Concertación*, que não fez nada com tudo isso, que deixou as instituições de Pinochet nas mesmas condições em que as receberam” (2011, 16:15’). O endividamento da sociedade chilena é estrutural, e não só com educação. O escândalo com a rede de lojas “La Polar” revelou que o Chile seguiu o caminho dos Estados Unidos, e acreditou demais no crédito. A rede “La Polar” vende variedades à classe mais pauperizada do país, em incontáveis parcelas. É uma loja agiota que vive de juros, como um banco. Quebrou com US\$ 900 milhões de empréstimos vencidos. Daí que o endividamento social, fenômeno inerente ao capitalismo financeiro, alcançou um esgotamento no Chile. Mais uma causa da solidariedade geral com os estudantes.

⁵ Lavín também é sócio das empresas “Desarrollo Educacional La Concepción”, “Inversiones Mobiliárias Trinitarias Ltda”, “Estudios Económicos Ltda” e “Administraciones y Inversiones Penta”, todas ligadas ao mercado da educação (El Ciudadano).

O movimento chileno está arruinando devidamente o mito do paraíso neoliberal, a farsa da Suíça da América Latina. A educação foi a porta de entrada da luta por democracia real. As manobras de Piñera só reforçam a impossibilidade da burguesia em resolver o problema estrutural da educação na periferia do capitalismo.

O GANE e a incompetência de Piñera

Diante do levante de massas contra o lucro, Piñera e seu novo Ministro da Educação, Filipe Bulnes, ofereceram o GANE – *Gran Acuerdo Nacional por la Educación*. Trata-se de um conjunto de pequenas medidas, que integram o modelo privatista. O movimento social não se deixou enganar e o rechaçou. As principais medidas propostas pelo GANE eram: duplicar as subvenções às empresas de ensino; criar um Fundo para Educação de US\$4 bilhões; baixar a taxa de juros para 4%; ampliar o número de Bolsas de Estudos; reestruturar a dívida de 110 mil estudantes; criar a Superintendência da Educação Superior para fiscalizar os lucros. Não é preciso ser especialista para notar as falcatruas. Os verdadeiros objetivos do GANE são oxigenar o mercado da educação, viabilizando o pagamento das dívidas e legalizando o lucro. Piñera foi incapaz de fazer uma concessão real e, na medida em que oferece mais do mesmo, o movimento social avança para defesa de uma sociedade que rompa com as relações de lucro. O anacrônico discurso da inviabilidade técnica da educação gratuita se converteu em arma para o movimento projetar uma estratégia geral de ruptura: nacionalizar o cobre para financiar a educação, uma reforma tributária progressiva, e a Assembléia Constituinte Soberana. As reivindicações democráticas apresentadas entram em choque frontal com a burguesia latino-americana.

A ausência de unidade político-partidária contra o neoliberalismo

A ausência de uma representação partidária unificada que sintetize o programa político do movimento social pode ser bastante prejudicial. Para realizar uma Assembleia Constituinte Soberana que refunde a sociedade chilena, não basta movimento de massas. Muitas lideranças do movimento estudantil são do velho PC, que costuma se coligar com a *Concertación* para garantir

vagas no parlamento e apresenta táticas excessivamente confiantes nas instituições burguesas, como por exemplo, disputar a reforma educacional dentro do parlamento. O PC não responde às atuais exigências do movimento de massas, ainda que conte com lideranças importantes. É preciso construir um novo partido de esquerda no Chile, que unifique os grupos fragmentados. Com isso não se pretende dizer que o sujeito mais importante da luta de classes é um partido político, mas sim que o movimento social não o substitui.

Não era difícil prever que a *Concertación* capturaria eleitoralmente todo acúmulo político da luta. Bachelet terminou seu mandato em 2009 com 80% de aprovação. Todos sabem que a *Concertación* não resolveu o problema da educação. Porém Piñera foi tão inábil e truculento que um eventual voto útil anti-Piñera poderia se disseminar. Seria necessário, portanto, não somente seguir a luta de rua com força máxima, como também buscar lideranças que se apresentem juntas nas eleições com um programa de desmonte do neoliberalismo, por democracia real no Chile.

Existiria Estado de Bem Estar Social na periferia do capitalismo?

“Uma classe tomar para si o encargo de resolver os problemas de outra classe é uma das muitas combinações próprias dos países atrasados”. Leon Trotsky (2007, p. 28).

O Estado de bem estar social só foi possível nos países do centro da economia capitalista, devido às condições da acumulação mundial determinadas pela espoliação das classes trabalhadoras da periferia. Só a teoria do imperialismo de Lênin explica as determinações estruturais do *Welfare State*. Bukharin o sintetizou:

A política colonial constitui uma fonte de enormes lucros para as grandes potências. (...) Quem pagou o preço desta política não foram os operários do continente, nem os operários ingleses, mas os povos coloniais. Tudo o que o capitalismo traz consigo de sangue e de lama, de horror e de vergonha, todo o cinismo, toda a crueldade da democracia moderna, transbordou sobre as colônias. Em contrapartida, ganham com isso os operários europeus (1986, p. 156).

Não existe socialdemocracia na periferia do capitalismo. Daí que a educação pública, gratuita e de qualidade nunca foi construída na América Latina, reforçando o histórico conservadorismo das burguesias nativas. Quando o processo de acumulação de capital exigiu universalização da educação básica na periferia, as burguesias latino-americanas e suas ditaduras militares garantiram o mínimo necessário. As propostas dos movimentos sociais da educação, diante do neoliberalismo, foram elaboradas com base num raciocínio socialdemocrata: a educação é direito dos cidadãos e dever do Estado. A incapacidade da burguesia latino-americana para resolver o problema estrutural da educação conduz os movimentos sociais a propostas mais radicais. É neste sentido que as tarefas da revolução democrático-burguesa na periferia do capitalismo não puderam ser concluídas pela burguesia. Tampouco essa revolução democrática poderia ser completada sem revelar as contradições estruturais do capitalismo (TROTSKY, 2007).

Essa seria uma explicação teórica sobre os contornos anticapitalistas adquiridos pela luta do movimento estudantil chileno. A luta por educação gratuita questionou todo um regime de acumulação e expôs as contradições do modelo neoliberal vigente desde 11 de setembro de 1973, quando as armas do capital derrotaram um povo. Este povo já se recompôs, e hoje se levanta para reconquistar sua dignidade.

Bibliografia

ALLENDE, Salvador, *Discurso de despedida*, 11 de setembro de 1973. <http://www.salvador-allende.cl/Discursos/1973/despedita.pdf>

ATORES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO. *Manifiesto por la Educación*, junho de 2011. <http://fech.cl/blog/2011/07/28/compilado-documentos-de-interes-movilizaciones-2011-2/manifiesto-por-la-educacion-3/>

BERNASCONI, Andrés e ROJAS, Contreras Rojas, *Informe sobre la educación superior en Chile, 1980-2003*, Santiago: Editorial Universitaria, 2004. <http://books.google.cl/>

BUKHARIN, Nikolai, *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

CONFECH, *Respuesta de la CONFECH al GANE*, julio de 2011. <http://fech.cl/blog/2011/07/28/compilado-documentos-de-interes-movilizaciones-2011-2/respuesta-confech-al-gane/>

ESTUDANTES DA UNIVERSIDAD DE CHILE. *Plataforma Transformadora de Estudiantes, Encuentro Universitario de la Universidad de Chile*. http://cdn.fech.cl/img/sintesis_plataforma_transformadora.pdf

EL CIUDADANO, *Los vínculos de Joaquín Lavín con la Universidad del Desarrollo*, 24/06/2011. <http://www.elciudadano.cl/2011/06/24/37754/los-vinculos-de-joaquin-lavin-con-la-universidad-del-desarrollo/>

FERES, Héctor Guillermo Gaete, *CHILE: LOS RECURSOS DEL PAÍS AL SISTEMA DE EDUCACIÓN SUPERIOR Y SU DISTRIBUCIÓN REGIONAL*. Universidad de Bío Bío, Concepción-Chillán, 1997. http://www.ubiobio.cl/vitrina/hgaete/chile_recursos.pdf

GOBIERNO DE CHILE, *¿Cómo se financia la educación en Chile? Estudios de Finanzas Públicas*. Santiago: Ministerio de la Hacienda, 2005.

GOBIERNO DE CHILE, *GANE – Gran Acuerdo Nacional de la Educación*, julio de 2011. <http://data.fech.cl/files/2011/07/GANE.pdf>

REDONDO, Jesus, *El derecho a La educación en Chile*. Santiago: FLAPE, 2007.

SADER, Eder, *Um rumor de botas – Ensaio sobre a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

TROSTKY, Leon, *A Revolução Permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Gravações

KATZ, Jorge, *Jorge Katz: Ponencia en el curso de Economías Latinoamericanas de la CEPAL [18 de agosto de 2011]*. Santiago de Chile, 2011.

MORALES, José Manuel. *Entrevista com José Manuel Morales, dirigente da FECh – Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile [22 de julho de 2011]*. Santiago de Chile, 2011.